

Violência e mídia: uma questão de responsabilidade social

Tania Cordeiro*
Victor Sampedro* *

A relação entre mídia e violência não pode ser percebida através de uma única abordagem. É conveniente esclarecermos, antecipadamente, que os aspectos por nós enfocados no presente artigo não podem ser tomados como capazes de elucidar a mencionada relação em sua totalidade.

Formulamos a nossa análise a partir de uma conceito de violência como forma de relação social, de comunicação desigual e assimétrica. Sua tipificação como violência injusta ou legítima é feita por quem possui os códigos e os instrumentos para definir o que é justo e o que é injusto, assim como os procedimentos legais e os recursos coercitivos para consumá-los. Sabemos, portanto, que para ser reconhecida como violenta, uma situação específica deve preencher os requisitos capazes de propiciar aquele reconhecimento.

Atribuir um sentido de violência a qualquer fato ou processo, e conseguir que essa etiqueta adquira validade, não é uma simples operação. Trata-se, na verdade, de uma disputa de poder, na qual certas agências e instituições detêm, inicialmente, as condições para fazer valer a sua posição.

Cada sociedade, mediante o direito, vai estabelecendo aqueles comportamentos que considera puníveis. Como é sabido o direito, no melhor dos casos, está sempre atrás da realidade social. Antes que um comportamento determinado seja contemplado pelas normas jurídicas já foi submetido à discussão pela sociedade. É neste debate público, onde alguns atores sociais com maior ou menor capacidade de influência vão criar determinado clima de opinião. Neste clima de opinião

vão surgindo uns valores que se apresentam como hegemônicos, a partir dos quais são etiquetados determinados fenômenos como violentos. (Alsina, 1998, p. 21)

Além do campo do direito, podemos indicar o âmbito das instituições religiosas, educacionais, políticas e muitas outras esferas que estão concorrendo pela capacidade de tornarem válido o seu discurso a propósito do sentido da violência. Interessamos mais de perto o papel desempenhado pela mídia na construção do significado da violência.

Existe um protocolo de enunciação que nos permite definir que um certo produto como midiático, religioso, político, educacional, etc. Assim, seria possível demarcarmos alguma coisa como o discurso midiático sobre a violência. Nosso interesse, entretanto, não é evidenciar, exclusivamente, a construção de regras de representação da violência nos meios de comunicação de massa. Pretendemos, também, indicar os elementos que constituem regras de não-representação da violência na mídia. Para isto serão válidos alguns esclarecimentos quanto às condições necessárias para que o fato violento adquira o perfil adequado às exigências midiáticas.

Agora eu tenho certeza que Paripe está marginalizada. Um casal de jovens, não tinham nem um ano de casados, ela estava grávida de oito meses, morreram num acidente terrível. Estavam no carro dele, entraram embaixo do caminhão. Morreram todos, até o bebê que ela carregava na barriga. Foi terrível! E não apareceu no jornal.

O que faltou para que esse caso não aparecesse no jornal? Eles eram jovens, ela tinha uma criança no ventre, foram vítimas de um acidente automobilístico. Por que este fato não foi noticiado?

A moradora de Paripe toma essa não veiculação pelos jornais como elemento para medir a significância de seu bairro. Aquele local até produz acontecimentos noticiáveis, entretanto, não é assegurada a visibilidade supostamente óbvia. Ela não está reclamando porque o seu bairro só sai nos jornais quando se trata de violências e tragédias. Ela está constatando que, nem mesmo produzindo fatos apropriados à agenda midiática, o seu bairro é mostrado.

Josefa mora próxima à Base Naval, na favela Bate Coração. Ela é uma daquelas pessoas que tem os filhos matriculados na escola pública e não têm aula todos os dias. Sua vizinha está desempregada e está vendendo a geladeira para pagar dívidas contraídas junto a agiotas. Uma outra vizinha, que chegou recentemente à sua rua, tem apanhado do marido durante a noite. Josefa escuta os gritos. Homens saem para prestar socorro. Em uma dessas noites a vizinhança chamou a polícia, mas ficou sabendo que não seria possível uma ação policial, uma vez que a briga acontecia dentro do domicílio.

Nenhum desses assuntos são referidos por ela como noticiáveis. Mas aquele acidente, aquelas mortes, aquela tragédia tinha tudo para estar no jornal, no programa de Varela...¹

A fala de Josefa é de quem não está reconhecendo a mídia, de quem tem uma expectativa a propósito da agenda midiática: afinal, o que está acontecendo, os jornais não vivem falando dessas coisas? Quais seriam as exigências midiáticas não atendidas na história daquele acidente? A surpresa de Josefa é compreensível, afinal

Os jornais retratam as ruas brasileiras principalmente como uma fonte de violência, medo e ameaça. As ruas são presentes nos jornais através de eventos como saques, seqüestros, crianças de rua (...) (Jovchelovitch, 2000, p. 95).

Nossa entrevistada mora em uma região onde são registradas muitas ocorrências de mortes por violência. No ano de 2000, de acordo com os dados do Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, fo-

ram verificados 81 óbitos por violência na região de Paripe à Base Naval. E isto ocorre em Salvador, cidade em que a violência é a segunda causa de morte, sendo a primeira entre os indivíduos de idade compreendida entre 15 a 49 anos. De acordo com o Fórum Comunitário de Combate à Violência (1998), através do estudo intitulado Rastro da Violência, a vítima preferencial é jovem, do sexo masculino, é negro, cursou apenas o primeiro grau, é empregado em trabalho não especializado.

O índice de ocorrências de violência registrado diariamente é muito elevado. Das quatro mortes diárias, duas ocorrem por homicídio; além disso, há inúmeras outras formas de violência, como assaltos, seqüestros, estupros, etc. que não resultam em óbitos. Há também novas modalidades de golpes, novas queixas, novos desvios. Há uma infinidade de eventos à disposição da mídia que, em geral, constrói o seu produto a partir de uma seleção e cria regras de enunciação através de uma classificação temática.

Podemos identificar, nesse volume muito vasto de eventos violentos a ser explorado pela mídia, um elemento para a explicação da questão proposta por Josefa: Por que aquele acidente não foi veiculado? Poderíamos falar de um princípio da não raridade que coloca em desvantagem aquela ocorrência. Em Salvador, os acidentes de trânsito são responsáveis por 25,9% das mortes por violência (Rastro da Violência). Ao princípio da não raridade podemos acrescentar a regra da representatividade, pela qual um tema é referido pela mídia, tendo como base um conjunto limitado de exemplos que representam ou provam a existência do problema, não sendo necessário, portanto, uma exploração exaustiva dos acontecimentos.

As duas regras anteriormente referidas, embora não constem em nenhum manual, são amplamente praticadas e produzem um estranho efeito: à alta densidade de acontecimentos violentos corresponde uma cobertura esvaziada ou uma não cobertura midiática. É a lógica da novidade colocada como critério preferencial para a estratégia de visibilidade. Desse modo, podemos fantasiar uma situação:

Se aquele fato (referimo-nos ao acidente em Paripe) tivesse ocorrido em um local "nobre" da Cidade, criando transtornos aos cidadãos que trafegam pelas vias mais importantes, fazendo com que

indivíduos da classe média se comovessem com as mortes, gerando pedidos de socorro mais imediato, certamente aumentariam as chances de veiculação pela mídia. E se as vítimas, em vez de um casal de pobres, fossem jovens da classe média alta? Certamente aumentariam não mais as chances de publicização mas as oportunidades de geração de debates promovidos pelos meios de comunicação de massa. Trata-se apenas da aplicação da regra da não raridade. A partir daí, podemos dizer que o acontecimento em si é insuficiente como critério de exploração pela mídia.

Podemos, assim, concordar com Josefa quando a mesma constata que Paripe está marginalizada. Quer dizer, aquele local não oferece um adicional simbólico capaz de fazer com que seus acontecimentos sejam bem situados na disputa pela veiculação midiática. E isto independe da produção concreta de fatos.

Não é possível acusar a mídia pela indisponibilidade de espaços para a veiculação de ocorrências violentas. Pelo contrário: o tema tem ocupado, cada vez mais, um lugar na agenda midiática. Podemos, sim, indicar uma domesticação desses espaços, amplamente caracterizados como instâncias nas quais são reportados os discursos oficiais, especialmente a palavra de representantes das polícias. Analisando dentro dessa perspectiva, até as ocorrências veiculadas pelos meios de comunicação de massa estariam sofrendo uma limitação. Agora já não é mais o fato de não aparecerem na mídia, mas o modo "econômico" com que os fatos são narrados. Aos poucos, foi se criando um modelo de reportagem, baseado em uma seleção de possibilidades abertas pelos boletins de ocorrência policial. Ao lado disso, vai se construindo algo como um mapa mental da cidade, baseado no medo.

A construção simbólica das ruas aponta para um espaço caracterizado pelo perigo, violência e crime. O resultado desta situação é o medo, um afeto tão amplamente compartilhado, que ele próprio torna-se notícia (Jovchelovitch, 2000, p. 96).

Os espaços destinados à violência não são, via de regra, considerados nobres pela mídia; geral-

mente, são encontrados em uma posição inferior na hierarquia dos espaços midiáticos. É, pois, nesse lugar não-privilegiado que vem sendo tratado um dos maiores problemas, responsável pela Segunda causa de morte em Salvador.

Assim como o bairro em que mora Josefa, muitos outros espaços de Salvador têm uma atenção reduzida, tanto no que se refere à agenda midiática quanto à agenda política. Nesses locais de "difícil acesso", habitam a maioria daqueles que fazem

funcionar os espaços mais contemplados pela mídia e pelas políticas. O que sobre eles se diz, geralmente, leva à construção de esterótipos e estigmas. Os recantos pouco conhecidos são descritos por uma alocação de uma fonte oficial. É como se dali só saíssem violência, deslizamentos de terra, catástrofes. Parece que para um

lugar assim, tão difícil, deve corresponder um discurso simplista. Mas a este modo de pensar deve haver uma reação. É necessário

Mostrar que os lugares ditos difíceis (...) são, primeiramente, difíceis de descrever e de pensar e que é preciso substituir as imagens simplistas e unilaterais (aquelas que a imprensa, sobretudo, veicula), por uma representação complexa e múltipla, fundada na expressão das mesmas realidades em discursos diferentes, as vezes inconciliáveis (Bourdieu, 1997, p.11).

Aquele lugar de "descrição difícil" é, normalmente, tratado por um texto fácil, no plano jornalístico. Sim, em geral, aos bairros populares, quando referidos, não são dispensados muitos cuidados, apesar da complexidade dos problemas mencionados. Normalmente, as fontes não são contrastadas, as versões não são checadas, o acontecimento é tratado de modo isolado, a ponto de não se tornarem claras as responsabilidades coletivas e institucionais. É projetada uma seqüência de crimes ao longo do tempo e junto a essa projeção são exibidos procedimentos de busca dos culpados e, neste âmbito, a receita perfeita é a indicação de um nome ou de alguns nomes de pessoas que confessam o delito, diante de um interrogatório cujas regras não são enunciadas pela mídia.

Esse modo de enunciar acontecimentos, ao que parece, não tem tido problemas no que se refere à comercialização e aceitação do produto midiático pelo mercado. Assim, numa leitura bem pragmática, podemos dizer que não há motivos para criticar aquele modo de fazer. Se o critério for estritamente mercadológico, não temos sobre o que discutir, afinal são claros os êxitos dos produtos midiáticos construídos em torno da temática da violência. É evidente, por exemplo, a vantagem que esses produtos levam sobre os outros, em termos de produção. No caso do jornalismo, a visita às delegacias é suficiente para o preenchimento dos espaços. Nos programas televisivos, veiculados ao vivo, baseados na presença de vítimas, em geral, o preenchimento da programação é realizado a partir de uma seleção de uma demanda que, espontaneamente, bate à porta. Nesses casos, o preço pela inclusão é a aceitação tácita da regra que transforma o drama pessoal em um espetáculo, no dizer de Fiske, um *Reality Show* (1993).

Nossa discussão, entretanto, ultrapassa o domínio da prova de sucesso, que se torna importante para que se faça necessária uma crítica a essa espécie de fator único cabível para a avaliação desses produtos. É necessário que nos voltemos ao referente e perguntemos sobre as dívidas da mídia em relação ao problema social que é a violência. E é providencial que adotemos essa postura, para que o domínio do nosso questionamento ultrapasse as possibilidades já executadas pela mídia.

Aqui, vale a pena fazer um esclarecimento sobre o papel da mídia, pois esta não pode ser considerada como responsável única pelos comportamentos violentos na sociedade. Porém, a mídia deve ser vista como a responsável pela circulação cotidiana, hora a hora, também em tempo real, da representação maciça da ordem social. No fundo, mensagens violentas falam às audiências sobre a ordem e sobre a lei: atualizam e põem em prática os valores, os processos e as hierarquias que definem o crime e as soluções, e situam os cidadãos nos papéis de vítima, de agressor ou de agentes da lei. Em sua essência, transmitem normas de conduta e de inter-relação entre os indivíduos e as instituições.

É importante salientarmos, mesmo correndo o risco de uma certa redundância, que a comunica-

ção de massa é marcada por elementos relativos aos avanços tecnológicos e mecanismos poderosos de produção e transmissão. Sua presença na sociedade

Não deve ser vista como um mero suplemento às relações sociais preexistentes, como se fosse a introdução de canais neutros que difundem bens simbólicos dentro da sociedade mas que deixam as relações sociais intactas (Thompson, 1990, p. 296).

A mídia, de certo modo, ao tratar de determinadas modalidades de violência, alcança, através de sua base tecnológica, um universo que jamais poderá ser atingido por um outro meio alternativo. Terá sempre a vantagem da difusão no espaço e no tempo. E é importante recordar que, além do mundo dos esportes, a violência, junto com sua sublimação, é o conteúdo midiático que mais ultrapassa as fronteiras das gerações e de gênero. Qualquer um pode ser objeto ou sujeito de violência e, à parte os códigos culturais cada vez mais diluídos, todas as culturas podem ser cenário da violência. Cabe também recordar que, ao adotar determinados elementos-padrões para a difusão da violência, a mídia está pretendendo, na verdade, obter a confiança dos receptores não apenas sobre a importância do assunto selecionado, como também sobre o modo pelo qual o tema é por ela abordado, contribuindo decisivamente, para a construção de representações sociais relativas à violência.

Pelo procedimento da ampla visibilização, os meios de comunicação agem como construtores privilegiados de representações sociais e, mais especificamente, de representações sociais sobre o crime, a violência e sobre aquelas pessoas envolvidas em suas práticas e em sua coibição. Estas representações sociais se realizam através da produção de significados que não só nomeiam e classificam a prática social, mas, a partir dessa nomeação, passam mesmo a organizá-la de modo a permitir que se proponham ações concertadas em relação a ela (Rondelli, 2000, p. 150).

É a mídia que encorajará uma postura mais séria ou mais descontraída, por exemplo, a partir de um marco discursivo com que trata determinado assunto. Por exemplo, quando o tema referido diz respeito

a uma ocorrência de violência "mais corriqueira", a tendência é que a enunciação seja sucinta, de preferência, dentro de uma chave de leitura econômica, capaz de agregar vários eventos em um texto único: os assaltos do fim de semana, os homicídios, as fugas dos presídios, etc. Há casos, entretanto, que ultrapassam os limites das situações habituais e para enunciá-los são abertas possibilidades investigativas extraordinárias, ampliando, imediatamente, o número de fontes, checando versões, registrando falas autorizadas para a análise da questão. Diante desses casos, a densidade de informação e a riqueza com que é tratado o problema oferecem as pistas para uma indignação coletiva. Então, um problema sofrido por um indivíduo ou grupo de indivíduos pode ser representado como um problema de toda a sociedade.

Os meios de difusão não só promovem um 'sentimento comum' (nós), como também favorecem a integração dentro da ordem normativa e dos valores morais da sociedade, dentro do seu sentido do que é correto e do que é incorreto. Por isso os meios de difusão remarcam, de forma regular, os limites do que é aceitável e do que não é (Curran, 1998, p. 201).

No caso específico da violência, encontramos algumas situações que se tornaram emblemáticas e são condutoras da promoção de uma visão hegemônica em torno de questões sociais candentes. Como nos recorda Bondelli,

A partir do registro e transmissão midiáticos destas imagens de extrema violência é que irrompem, na cena pública, a existência de crianças e adolescentes morando nas ruas, exibida no episódio da Candelária; a complexa convivência entre moradores de favelas, traficantes e policiais, exposta nas imagens de Vigário Geral e de Nova Brasília; a existência de recônditos presídios superlotados e de condição subumana revelados no Carandiru (Rondelli, 2000, p. 146).

Estes acontecimentos, multiplicados pela mídia nacional e internacional, tornaram-se extremamente poderosos, capazes de produzir mobilização social em torno das bandeiras da paz, da luta contra as desigualdades sociais, contra a opressão, permitindo ver que a sociedade não aceita aquelas formas de violência e, sobretudo, não aceita assistir àquelas imagens sem rejeitar os fatores que as geram.

Seria importante observar, a partir dos exemplos mencionados, o quanto a mídia pode contribuir para sensibilização social a propósito da violência. Em todos esses casos, os recursos utilizados pela mídia, de um modo geral, ofereceram as condições para um efeito-indignação. E estas mesmas condições não são verificadas quando se trata da "violência avulsa", aquela que é praticada quotidianamente contra uma população não organizada, nos locais não considerados nobres, não envolvendo atores que tenham projeção social, enfim, quando não se trata de violência que compreenda os temas previamente etiquetados pelo marketing social.

É conveniente esclarecermos que esses casos não representam a regra geral de produção midiática cotidiana, pois, o que alimenta a mídia a respeito da violência são justamente aquelas ocorrências às quais nos referimos como "violência avulsa". Na realidade, são poucos os espaços midiáticos que atendem os interesses do campo societário. Em todo o caso, vale a pena considerar que novos temas e novos protagonistas, novos contextos e argumentos da violência são impulsionados pela lógica do lucro (Sampedro 1997). Desse modo, impõe-se uma economia do signo midiático do crime (Delgado, 1998), onde, por exemplo, uma vítima com uniforme ocupa três parágrafos mais que um moleque de chinelos; ou um crime contra uma criança, capturado e violentado num shopping center por outra criança na Inglaterra ocupa, no Brasil e na Espanha, mais tempo e espaço na mídia do que a exploração, maltrato ou prostituição infantil exostente nos dois países.

Estão, pois, desenhados critérios de inclusão que tendem a corresponder mais pesadamente aos objetivos mercadológicos, deixando em segundo plano a responsabilidade social sobre a questão. Nem sempre há uma coincidência entre as regras da economia do signo da violência e as necessidades sociais de difusão de imagens dos problemas relativos a esse drama social.

Chegamos a um ponto extremo no qual será sempre necessário que cada drama marcado pela violência possa ser associado a uma fonte legitimadora que reúna as condições para disputar o potencial de indignação através de uma incorporação apropriada pela mídia. E este papel tem sido de-

sempenhado por estudiosos, por organizações não governamentais que gozam de muito respeito no mercado dos bens simbólicos e outras vozes previamente legitimadas.

Não obstante a relevância dessas "falas protetoras", fica evidente a falta de acesso à mídia pelo cidadão singular que, normalmente, não tem sido considerado como fonte de um saber intransferível, cuja base é a medida do cotidiano. É esse cidadão que sabe, não apenas sobre a morte da vítima, mas da sua vida e, portanto, reúne as condições para informar sobre a sua falta. Ele tem opiniões esclarecedoras sobre a situação da insegurança em seu bairro, no transporte que usa, em seu trabalho, enfim, em seu mundo. Ele não tem sido ouvido, sistematicamente. Ele é Josefa, é Maria, é João. Mora nas Cajazeiras, no Nordeste de Amaralina, no Engenho Velho da Federação, em Sete de Abril, na Mata Escura, em Valéria e tantos outros endereços *difíceis de descrever e de pensar*.

Trata-se de pessoas anônimas que sofrem ou testemunham, diariamente, as mais diversas formas de violência. Estes têm seus endereços condenados através de uma imagem pública construída ou reforçada pela mídia e, como já afirmamos, não são tidos como fontes necessárias. Estes são os sem-mídia (Cordeiro, 2000), aqueles que, em geral, só fazem parte dos produtos dos meios de comunicação de massa na condição do mendicante midiático, naquelas inserções nas quais os seus dramas são tornados espetáculos.

Diante de tudo isso torna-se fundamental e atual a reflexão sobre o papel desempenhado pela mídia na construção de uma cultura política e cívica na qual a violência deve ser combatida com diálogos e interações comunicativas mais equitativas e justas.

Notas

1 Programa de Varela

Referências bibliográficas

ALSINA, Miguel Rodrigo. El impacto social de la violencia en la television. In: *Tripodos*. Barcelona: Facultat de Ciències de la Comunicació, 1998.

BOURDIEU, Pierre. O espaço dos pontos de vista. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

CORDEIRO, Tania. Seminário de comunicação e silêncios: um olhar da saúde sobre a violência. Salvador, 07 de dez. 2000.

CURRAN, James. Repensar la comunicación de massa. In: CURRAN, James et al. (Orgs.). *Estudios culturales y comunicación*. Barcelona: Paidós, 1996.

DELGADO, M. O discurso da violência: la fastamización mediática de la fuerza. In: *Tripodos*. Facultat de Ciències de la Comunicació. Barcelona, 1998.

FÓRUM COMUNITÁRIO DE COMBATE À VIOLÊNCIA. O rastro da violência. Salvador: UFBA, 1998.

FISKE, J. *Power plays, power works*. Londres: Verso, 1993.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública*. Petrópolis: Vozes, 2000.

RONDELLI, Elizabeth. Imagens da violência e práticas discursivas. In: PEREIRA, Carlos Alberto M. et al. (Org.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SAMPEDRO, Victor. *Movimientos sociales: debates sin mordaza. Desobediência civil e servicio militar (1970 – 1996)*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1997. (Colección estudios políticos).

SILVA, Josefa de Jesus. Entrevista. Salvador, nov. 2000 e abr. 2001.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

* Tânia Cordeiro é mestre em Comunicação Social pela Universidade de Brasília/UnB, professora da Universidade do Estado da Bahia/UNEB e membro do grupo gestor do Fórum Comunitário de Combate à Violência.

** Victor Sampedro é doutor em Ciências da Informação pela Universidade de Madrid e professor titular da Universidade de Salamanca, Espanha.